

## saúde

## Saúde e Economia pedem ao menos desde 2019 concessão de UBSs

Documentos, ainda sob Mandetta, pedem medida para 'promover eficiência na atenção primária'

Constança Rezende

BRASÍLIA O Ministério da Saúde defende, desde a gestão Luiz Henrique Mandetta, a inclusão de UBSs (unidades básicas de saúde) nos planos de concessões e privatizações. Os equipamentos entrariam no PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

O pedido consta de documentos elaborados pela pasta enviados à Secretaria Especial do PPI da Presidência da República, obtidos pela Folha via LAI (Lei de Acesso à Informação).

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) publicou, em 27 de outubro, um decreto com a previsão de estudos de parcerias com a iniciativa privada. A ideia, diz o governo, era permitir construção, operação e modernização de UBSs.

A norma também continha a assinatura do ministro Paulo Guedes (Economia). O texto não estava com a chancela, no Diário Oficial da União, do atual titular da Saúde, o ministro Eduardo Pazuello.

Bolsonaro revogou a norma no dia seguinte após reações

negativas de especialistas e entidades em saúde que temiam "a privatização" de um dos pilares do atendimento no sistema público de saúde.

Um dos documentos obtidos pela Folha é uma nota técnica produzida pela Saps (Secretaria de Atenção Primária à Saúde) enviada pelo então secretário-executivo da pasta, João Gabbardo, à Casa Civil, em novembro de 2019.

A manifestação traz subsídios técnicos para a inclusão da APS (atenção primária à saúde) no portfólio de empreendimentos estratégicos do programa de concessões do governo federal.

O objetivo era recomendar a edição de uma normativa pela Presidência da República para fins de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação das unidades básicas de saúde no âmbito do PPI.

No documento, o órgão alega que a medida visa "oportunizar um redesenho e promover a eficiência na execução da atenção primária à saúde e expansão dos seus ser-

viços no território nacional".

Como exemplo, a Saps diz que há 42.893 equipes de saúde de família em 5.475 municípios hoje. A ideia é ampliar o número para 50 mil em 2023.

O órgão do Ministério da Saúde também cita um estudo produzido pelo Banco Mundial com propostas para aumentar a eficiência do SUS (Sistema Único de Saúde). O texto foi divulgado em agosto de 2018, ainda no governo Michel Temer (MDB).

O relatório do Banco Mundial sustenta que o Brasil gasta muito com saúde, em proporção do PIB (produto interno bruto). Mesmo assim, há ineficiências no sistema.

O gasto total com saúde, segundo o estudo, foi de 9,1% do PIB, comparável à média dos países da OCDE, de 9%, e superior à média de seus pares regionais, de 7,2%. Os dados de referência são de 2013.

O Ministério da Saúde destaca um trecho do relatório, segundo o qual há desperdício anual de R\$ 9,3 bilhões na atenção primária à saúde. A conta inclui verbas dos três entes federados — União, es-

tados e municípios.

A pasta ressalta ainda que, das 32.892 obras de construção, reforma e ampliação de unidades básicas de saúde, 6.230 foram canceladas e 3.027 têm indicativo de paralisação.

O ministério afirma ainda que o PPI apresenta como diretrizes em suas ações "máximo rigor técnico", envolvendo o Tribunal de Contas da União em seus processos, desde o planejamento e a elaboração de estudos técnicos, "que transparecem a qualidade do trabalho e a segurança necessária a participação e investimento da iniciativa privada".

"É nesse contexto que a Saps/MS percebe o PPI como uma oportunidade de compor a agenda estratégica do governo federal no que se re-

9,1%

do PIB é a fatia do Orçamento gasta no Brasil com saúde, segundo o BID, similar à OCDE

7,2%

é média regional

fere a investimentos em parceria público-privada, estudos referentes a modelos de concessões e consórcios públicos no âmbito da saúde, a fim de promover melhor qualidade nos serviços prestados à sociedade", diz o documento.

Outro documento obtido pela LAI, um parecer da consultoria jurídica do Ministério da Saúde, diz não haver impedimento para o prosseguimento de uma proposta de inclusão de UBSs no PPI.

Ao tomar conhecimento dos documentos obtidos pela Folha, o sanitarista Adriano Masuda, professor e pesquisador da FGV-SP, disse que faltou debate público em "uma política que já estava em processo avançado de formulação".

"Quem pagaria a conta do investimento na operação dos serviços no contexto de restrição fiscal? Seria uma abertura para cobrança por serviços no SUS?", questionou. "A operação privada da APS enfraquece o papel de autoridade sanitária e de coordenação de saúde pública, uma das principais forças do modelo saúde da família brasileiro."

O Ministério da Economia, em nota no site da pasta, afirmou ter tido respaldo da Saúde para a medida. Segundo o ministério de Guedes, em avaliação conjunta, "é preciso incentivar a participação da iniciativa privada no sistema para elevar a qualidade do serviço prestado ao cidadão".

Procurada, a pasta de Pazuello não se manifestou.

Mandetta, por meio de assessoria de imprensa, disse que as discussões para concluir obras paradas têm na iniciativa privada uma via de solução. Segundo ele, porém, a gestão deve ser pública.

Questionado sobre os documentos da pasta com a proposta de inclusão dos serviços de atenção primária à saúde no portfólio de empreendimentos das PPIs, Mandetta respondeu que isso já aconteceu "via organização social, via filantrópicas, via ONGs, sempre por decisão municipal".

"O governo federal aloca recursos para construção, ampliação, reformas. A habilitação é solicitada pelo município. O governo federal não tem competência para determinar quem vai gerir. Diferentes arranjos de gestão ocorrem país a fora, mas a decisão de como fazer é sempre do município."

Mandetta disse que o decreto deu "margem a especulações de que o governo poderia impor um modelo de gestão privado para os municípios". "O Ministério da Saúde não assinou nem explicou. Daí a rejeição de todos nós da saúde sobre o que quiseram dizer."



Futura UPA Mooca, em São Paulo, que depois de um período com as obras paradas retomou em ritmo lento Bruno Santos/ Folhapress

## Macacos, palmitos e dominós

Sem predador, macacos-pregos têm superpopulação e colocam palmito em risco

Reinaldo José Lopes

Jornalista especializado em biologia e arqueologia, autor de "1499: O Brasil Antes de Cabral"

Se você quer uma imagem do que está acontecendo neste momento na mata atlântica (um dos ambientes mais ricos e ameaçados do nosso continente, retalhado até sobrar apenas 28% de sua extensão original, boa parte disso em pequenos fragmentos de floresta), pense numa imensa fileira de do-

minós tombando, derrubando uns aos outros numa reação em cadeia.

Cada dominó que desaba é uma relação ecológica — um elo natural entre diferentes espécies que está sendo perturbado por décadas ou séculos de imprevidência humana.

No interior do Rio de Janeiro,

pesquisadores identificaram uma dessas peças caindo, e dá para resumir a bagunça com uma equação simples: macacos-pregos menos predadores é igual a palmitos dizimados.

Essa história está contada com clareza admirável em artigo na revista científica Biological Conservation, assinado por Rita Portela, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), e Rodolfo Dirzo, da Universidade Stanford (Estados Unidos).

Por ironia, o desequilíbrio que levou ao colapso populacional da palmeira conhecida como juçara (*Euterpe edulis*) está acontecendo justamen-

te numa área de mata onde está uma das raras populações protegidas de mico-leão-dourado, espécie-símbolo das ameaças à mata atlântica.

Trata-se da Reserva Biológica de Poço das Antas, com cerca de 5.000 hectares de floresta (para os padrões atuais do bioma, uma imensidão, embora seja só um pedacinho do que havia em tempos pré-cabralinos). O que acontece é que animais que normalmente comeriam primatas — harpias, gaviões, onças e jaguatiricas — praticamente desapareceram da região.

Ao menos no curto prazo, isso tem sido uma maravilha

para a população de macacos-pregos-pretos (*Sapajus nigritus*) da reserva. Em Poço das Antas, a densidade populacional dos bichos hoje é de 66,2 macacos por quilômetro quadrado, ou mais de quatro vezes o que se vê em outros fragmentos florestais grandes da mata atlântica.

Portela e Dirzo examinaram as interações entre os primatas e as palmeiras entre 2005 e 2015, acompanhando centenas de exemplares de juçara nesse período. Os macacos-pregos são fâs tão ardorosos do palmito juçara quanto certos seres humanos, e as plantas atacadas por eles invariavelmente morrem (e, pelo tipo de dano à planta, fica claro quando o palmito foi devorado por macacos, e não por pessoas).

"Eles são bem diferentes de outras populações, parecem mais espertos e mais curiosos", contou Portela à Folha.

Quem paga o pato dessa curiosidade é as palmeiras: de 2005 para 2015, a população

da espécie vegetal caiu de 839 palmeiras para apenas 152 nos locais estudados — na fase final do período, a taxa de declínio era superior a 30% ao ano.

É perfeitamente possível que outros dominós caiam por causa desse cenário — diversas espécies de vertebrados comem os frutos da palmeira, por exemplo.

Por isso, é importante que esses e outros locais da mata atlântica voltem a abrigar predadores. Uma boa opção, diz Portela, seria reintroduzir ali o gavião-pegamacaco (*Spizaetus tyrannus*), grande caçador de filhotes de primatas, que poderia ajudar a trazer a população de macacos-pregos de volta a níveis mais controlados.

Histórias como essas muito provavelmente estão acontecendo em todos os cantos da mata atlântica. Não poderia haver lembrete mais claro de como andamos arrancando os fios de um tecido cuja trama estamos muito, muito distantes de compreender.

**STU SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNICAMP EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
A Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual de Campinas — STU convoca todos os seus associados para a **Eleição da nova Diretoria do Sindicato**, nos termos do Capítulo IV, Artigo 45º do Estatuto vigente e do Artigo 7º do Regimento Eleitoral. A Eleição será realizada na Área de Saúde nos dias **01 de março de 2021, das 15h às 21h; dia 02 de março de 2021, das 7h às 20h e dia 03 de março de 2021, das 7h às 20h**. Nas demais unidades do Campus de Campinas, Paulínia, Limeira e Piracicaba será nos dias 02 e 03 de março de 2021, das 8h30 às 17h.  
**Cidade Universitária, 15 de novembro de 2020.**